

# Terapia intensiva

O ministro Pedro Malan foi didático ao comparar o país a uma família. Se uma família gasta mais do que recebe, mais dia menos dia vai ficar no vermelho. Algumas têm meios de adiar o acerto de contas. Podem recorrer ao cheque especial, a empréstimos, a ajuda de amigos. Mas, esgotado o arsenal disponível, a dívida precisa ser paga. O que fazer? Há duas saídas. Ganhar mais é uma. Apertar o cinto, outra.

Com o Estado a coisa não é diferente. Se o governo gasta mais do que arrecada, provoca o déficit. O déficit gera a dívida, que, por sua vez, leva a novo déficit, que conduz a novas dívidas. Com o descontrole, a arrecadação revela-se cada vez mais insuficiente para fazer frente ao rombo que não pára de crescer. O governo, então, emite títulos, pelos quais paga juros cada vez maiores.

Para reduzir o círculo vicioso, que põe em risco a saúde do Plano Real, o governo baixou o pacote fiscal. Com o elenco de medidas, a equipe econômica pretende tapar o buraco das contas públicas e evitar a fuga de investimentos estrangeiros provocada por eventual desconfiança na saúde da economia. Nesse caso, os investidores se livrariam da moeda brasileira e, com dólares no bolso, tratariam de forçar a desvalorização do real para comprá-lo depois com lucro. O risco da manobra é a volta da inflação.

O ajuste ataca duas frentes. Por um lado, mira o incremento da arrecadação. Aí en-

quadram-se as medidas impopulares como o aumento de impostos, tarifas e combustíveis. Por outro lado, ataca os gastos. Promete reduzir despesas com a manutenção da máquina administrativa, cortar investimentos, suspender a revisão dos vencimentos dos funcionários públicos e demitir 33 mil servidores não estáveis.

Um e outras são medidas amargas. Não só porque transferem para uma parcela da sociedade os custos da correção de rumo. Mas porque, aliadas à elevação dos juros levada a cabo na semana passada, produzem uma combinação explosiva. O resultado pode provocar, no curto prazo, a diminuição da atividade econômica. Num prazo mais longo, a recessão.

O preço é elevado. O freio na economia significa menor consumo, aumento do desemprego, falência no comércio e na indústria, queda na arrecadação, diminuição dos investimentos, prejuízo no desenvolvimento tecnológico do país.

A essência estratégica do pacote, pelo caráter drástico das providências que adotou, é reverter um processo perverso já antevisto no abalo causado pela surpreendente queda das bolsas. Por isso mesmo se espera que transite sobre a economia como terapia intensiva, capaz de produzir efeitos com a maior urgência possível. A volta à normalidade das relações econômicas é indispensável para que o país reencontre o leito do desenvolvimento e se aliviem os sacrifícios impostos aos trabalhadores.